

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº , 2015

(Dep. Roberto Alves)

Requer convidar representantes de redes sociais de compartilhamento de vídeos, livecasting, transmissões ao vivo, músicas e áudio para audiência pública.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne a adotar as providências necessárias no sentido de convidar um representante do **YouTube**, pertencente ao Google, do **Vimeo**, do **Twitter**, do **SoundCloud**, do **Dailymotion**, do **UOL**, da **Last.fm**, do senhor **Vinicius Augusto Fernandes Almeida**, coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil e do senhor **Eduardo Dias de Souza Ferreira**, promotor de justiça, Ministério Público do Estado de São Paulo para debater políticas públicas de proteção a criança e adolescentes frente veiculação de conteúdos artísticos ou diversos que promovam a sexualização de crianças e adolescentes tendo como referência para o debate, videoclipes e músicas interpretadas por menores de idade, sucessos de visualizações e downloads nestas mídias sociais.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Ministério Público de São Paulo abriu na semana passada um inquérito para investigação sobre "forte conteúdo erótico e de apelos sexuais" em músicas e coreografias de crianças e adolescentes músicos.

A cantora de funk conhecida como MC Melody, de oito anos, é um dos alvos da investigação, que suspeita de "violação ao direito ao respeito e à dignidade de crianças/adolescentes". O caso está sendo investigado pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude da Capital.

Segundo uma das representações publicadas no inquérito, Mc Melody "canta músicas obscenas, com alto teor sexual e faz poses extremamente sensuais, bem como trabalha como vocalista musical em carreira solo, dirigida por seu genitor".

Além dela, músicas e videoclipes de outros funkeiros-mirins como MCs Princesa e Plebéia, MC 2K, Mc Bin Laden, Mc Brinquedo e Mc Pikachu também são alvo da investigação do Ministério Público paulista.

O que acontece, no Brasil, é que o principal meio de disseminação destes conteúdos são as chamadas mídias sociais, em especial, redes de compartilhamento de vídeos, transmissões ao vivo e de música e áudio. Face a questão, esta Casa, que representa o povo brasileiro, tem a obrigação de iniciar o debate para implementação de políticas públicas que coibam a prática da sexualização infantil, uma das principais portas de acesso a pedofilia e violências contra crianças e jovens.

Neste sentido é fundamental a realização de audiência pública nesta importante comissão para iniciarmos as respostas necessárias para o combate da sexualização infantil e da adolescência nas mídias sociais brasileiras.

Deus os abençoe

**ROBERTO ALVES**

PRB-SP